

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Serra da Mesa Transmissora de
Energia S.A.**

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.447	70.452
Concessionárias e permissionárias	8	16.883	23.888
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.259	1.518
Estoques		3.920	3.735
Adiantamento a fornecedores		563	802
Impostos a recuperar		862	273
Outros ativos circulantes		1.698	1.053
		56.632	101.721
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		5.442	15.989
Imobilizado não vinculado à concessão		3.526	2.928
Imobilizado	9	424.785	442.970
Intangível	10	7.505	7.457
		441.258	469.344
Total do ativo		497.890	571.065

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		820	775
Fornecedores - partes relacionadas	23	901	871
Empréstimos - partes relacionadas	11	64.703	55.457
Impostos e contribuições sociais	12	11.208	14.720
Taxas regulamentares	13	9.158	8.569
Dividendos propostos		-	610
Outros passivos circulantes		3.369	2.502
		90.159	83.504
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	241.697	261.031
Outras contas a pagar - partes relacionadas	23	60	63
Outras provisões - compensação ambiental		6.079	5.458
Provisão para contingências	14	2.673	13.312
Outros passivos não circulantes		4.867	4.549
		255.376	284.413
Patrimônio líquido	15		
Capital social		274.500	274.500
Reserva especial de lucros a realizar		-	60.386
Reserva legal		5.493	5.493
Prejuízos acumulados		(127.638)	(137.231)
		152.355	203.148
Total do passivo e do patrimônio líquido		497.890	571.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	16	127.905	130.647
Custo da operação	17	<u>(29.014)</u>	<u>(32.379)</u>
Lucro bruto		98.891	98.268
Despesas gerais e administrativas	18	(9.142)	(8.565)
Outras despesas/receitas operacionais	20	<u>4.568</u>	<u>6.869</u>
Lucro antes do resultado financeiro		94.317	96.572
Resultado financeiro	21	<u>(69.036)</u>	<u>(12.721)</u>
Receita financeira		64.071	48.269
Despesa financeira		(133.107)	(60.990)
Resultado antes dos impostos		<u>25.281</u>	<u>83.851</u>
Imposto de renda e contribuição social		(15.688)	(13.799)
Lucro líquido do exercício		<u>9.593</u>	<u>70.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	9.593	70.052
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>9.593</u>	<u>70.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro/ (prejuízo) acumulados	Total	
		Reserva especial de lucro	Reserva legal			Retenção de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.500	-	2.283	42.943	(143.077)	176.649
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	70.052	70.052
Constituição de reserva legal	-	-	3.210	-	(3.210)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(42.942)	-	(42.943)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	60.386	(60.386)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(610)	(610)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	274.500	-	5.493	60.386	(137.231)	203.148
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.593	9.593
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	-	(60.386)	-	(60.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	274.500	-	5.493	-	(127.638)	152.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	25.281	83.851
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	71.597	20.739
Depreciação e amortização	19.221	19.251
Provisão para contingências	(10.638)	3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(150)
Provisão para compensação ambiental	621	487
Outras provisões	-	395
Atualização monetária	318	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	6.978	(5.142)
Contas a receber - partes relacionadas	259	-
Estoques	(185)	(149)
Impostos a recuperar	4.537	9.824
Adiantamentos a fornecedores	239	218
Outros ativos	9.905	(1.522)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	72	1.058
Tributos e contribuições sociais	(6.665)	(10.846)
Impostos pagos	(17.662)	(15.831)
Juros pagos	(17.846)	(15.430)
Taxas regulamentares	589	1.264
Outros passivos	867	238
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>87.514</u>	<u>88.259</u>
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.363)	(1.924)
Baixa de imobilizado e intangível	681	43
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	<u>(1.682)</u>	<u>(1.881)</u>
Empréstimos pagos	(63.841)	(54.690)
Dividendos pagos	(60.996)	(434)
Dividendos intermediários pagos	-	(42.943)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	<u>(124.837)</u>	<u>(98.066)</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(39.005)</u>	<u>(11.688)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>70.452</u>	<u>82.140</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>31.447</u>	<u>70.452</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal.
- (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$66.900 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 135.897 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Em 27 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 139.777 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resolução vigente veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

4.12. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo						
Ativo circulante	56.632	140.811	197.443	101.721	127.496	229.217
Caixa e equivalentes de caixa	31.447	-	31.447	70.452	-	70.452
Concessionárias e permissionárias	16.883	-	16.883	23.888	-	23.888
Contas a receber - partes relacionadas	1.259	-	1.259	1.518	-	1.518
Estoques	3.920	-	3.920	3.735	-	3.735
Adiantamentos a fornecedores	563	-	563	802	-	802
Impostos a recuperar	862	-	862	273	-	273
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	127.496	127.496
Ativo de concessão (contratual)	a	140.811	140.811	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.698	1.698	1.053	-	1.053
Ativo não circulante	441.258	104.227	545.485	469.344	94.245	563.589
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	544.253	544.253
Ativo de concessão (contratual)	a	-	536.050	-	-	-
Outros ativos não circulantes		5.442	5.441	15.989	-	15.989
Imobilizado não vinculado à concessão		3.526	3.526	2.928	-	2.928
Imobilizado	b	424.785	(424.362)	442.970	(442.622)	348
Intangível	b	7.505	(7.461)	7.457	(7.386)	71
		497.890	245.038	571.065	221.741	792.806

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Passivo						
Passivo circulante	90.159	-	90.159	83.504	-	83.504
Fornecedores terceiros	820	-	820	775	-	775
Fornecedores partes relacionadas	901	-	901	871	-	871
Empréstimos com partes relacionadas	64.703	-	64.703	55.457	-	55.457
Tributos e contribuições sociais	11.208	-	11.208	14.720	-	14.720
Taxas regulamentares	9.158	-	9.158	8.569	-	8.569
Dividendos propostos	-	-	-	610	-	610
Outros passivos circulantes	3.369	-	3.369	2.502	-	2.502
Passivo não circulante	255.376	103.486	358.862	284.413	84.510	368.923
Empréstimos com partes relacionadas	241.697	-	241.697	261.031	-	261.031
Outras contas a pagar - partes relacionadas	60	-	60	63	-	63
Outras provisões - compensação ambiental	6.079	-	6.079	5.458	-	5.458
Provisão para contingências	2.673	-	2.673	13.312	-	13.312
Tributos diferidos	-	103.486	103.486	-	84.510	84.510
Outros passivos não circulantes	4.867	-	4.867	4.549	-	4.549
Patrimônio líquido	152.355	141.552	293.906	203.148	137.231	340.379
Capital social	274.500	-	274.500	274.500	-	274.500
Reserva especial de lucros a realizar	-	13.913	13.913	60.386	-	60.386
Reserva legal	5.493	-	5.493	5.493	-	5.493
Lucro (prejuízo) acumulado	(127.638)	127.638	-	(137.231)	137.231	-
	497.890	245.038	742.928	571.065	221.741	792.806

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita operacional líquida	d	127.905	(46.557)	81.347	130.647	(13.987)	116.660
Custo da operação	e	(29.014)	18.185	(10.828)	(32.379)	17.934	(14.445)
Lucro bruto		98.891	(28.372)	70.519	98.268	3.947	102.215
Despesas gerais e administrativas		(9.143)	-	(9.143)	(8.565)	-	(8.565)
Outras receitas operacionais		4.569	-	4.569	6.869	-	6.869
Lucro antes do resultado financeiro		94.317	(28.372)	65.945	96.572	3.947	100.519
Resultado financeiro		(69.036)	-	(69.036)	(12.721)	-	(12.721)
Receita financeira		64.071	-	64.071	48.269	-	48.269
Despesa financeira		(133.107)	-	(133.107)	(60.990)	-	(60.990)
Lucro antes dos impostos		25.281	(28.372)	(3.091)	83.851	3.947	87.798
Imposto de renda e contribuição social	c	(15.688)	(1.409)	(17.097)	(13.799)	(9.793)	(23.592)
Lucro líquido do exercício		9.593	(29.781)	(20.188)	70.052	(5.846)	64.206

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	1	-
Bancos	304	627
Aplicações financeiras	31.142	69.825
	<u>31.447</u>	<u>70.452</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs, que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	15.211	14.824
Vencidas até 30 dias	320	109
Vencidas até 60 dias	3	3
Vencidas até 90 dias	10	4
Vencidas até 120 dias	22	22
Vencidas até 180 dias	53	53
Vencidas há mais de 180 dias	1.358	8.940
	<u>16.977</u>	<u>23.955</u>
(-) PCLD	(94)	(67)
	<u>16.883</u>	<u>23.888</u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício 2018:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	(67)	(217)
Reversão	(27)	150
Saldo em 31 de dezembro	<u>(94)</u>	<u>(67)</u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	612.535	-	-	219	-	612.753	219	(195.103)	417.650	436.118
Terrenos	401	-	-	-	-	401	-	-	401	401
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.213	-	-	5	-	6.218	5	(2.324)	3.894	4.097
Máquinas e equipamentos	604.707	-	-	207	-	604.913	207	(191.744)	413.169	431.335
Veículos	1.172	-	-	7	-	1.179	7	(1.005)	175	271
Móveis e utensílios	42	-	-	-	-	42	-	(30)	11	14
Administração	696	-	-	119	-	814	119	(508)	306	280
Máquinas e equipamentos	82	-	-	12	-	93	12	(47)	47	47
Veículos	614	-	-	107	-	721	107	(461)	260	233
	613.231	-	-	338	-	613.567	338	(195.611)	417.956	436.398
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	6.504	1.193	(677)	(308)	-	6.712	375	-	6.712	6.504
Máquinas e equipamentos	2.135	235	(84)	(169)	-	2.116	149	-	2.116	2.135
Outros	4.369	959	(594)	(139)	-	4.596	226	-	4.596	4.369
Administração	68	78	-	(30)	-	117	49	-	117	68
Máquinas e equipamentos	5	78	-	(30)	-	54	49	-	54	5
Outros	63	-	-	-	-	63	-	-	63	63
	6.570	1.271	(677)	(338)	-	6.829	424	-	6.829	6.572
Ativo imobilizado	619.801	1.271	(677)	-	-	620.396	762	(195.611)	424.785	442.970

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017
		Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	4,91%	612.753	(195.103)	417.650
Administração	20,00%	814	(508)	306
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	4.939	(1.413)	3.526
		618.506	(197.024)	421.482
				439.325

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2018

	Material e equipamentos
Máquinas e equipamentos	235
Veículos	83
Desenvolvimento de projetos	79
Adiantamentos a fornecedores	797
	1.194

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

Descrição do bem	Grupo	Valor
BINOCULO CANON 10X30 IS ESTABILIZADOR DE IMAGEM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5
TABLET 7 polegadas GALAXY WI-FI PRETO 8GB SM-T280N-SAMSUNG	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
DISJUNTOR NSX250N EXT MIC2.0,MOTOTIZACAO 11/130VCC NSX250,KIT PARA BASE ENCAIXAVEL NSX250 3P, MCROLOGIC 2 FUNCOES LSI 9(250A), BLOCO DE CONTATO AUXILIAR DE POSICAO PARA DISJUNTOR C60H, TIPO OF, DISJUNTOR TRIPOLAR DE CURVA C TIPO C60H 15 KA/440 VCA, RELE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	16
TELEFONE, REDE DE VOZ SEM FIO DE LONGO ALCANCE FORTIGATE 100 E/&NBSP, 20XGE RJ45 PORTS(INCLUDING 2X WAN PORTS,1X DMZ PORT, 1X MGM PORT, 2X HA PORTS,14 X AWITCH PORTS),2X SHARED MEDIA PAIRS (INCLUDING 2XGE RJ45 PORTS, 2X SFP SLOTS) MAX MANAGED FORTIAPS (TOTAL/TUNNEL) 64/32	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20
FORTIGATE-100E 3 YEAR UTM PROTECTION (8X5 FORTICARE PLUS APLICATION C)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	11
COND SPLIT 38CCL 036515MC CARRIER 36FR VERT. 220V R-410A,EVAP SPACE 42XQL36C5 CARRIER S/FIO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	14
CUBICULO MECANISMO OPERACAO DISJUNTOR 500 KV BLG1002A	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10
SERVIDOR DELL POWEREDEG R440 (INTEL) 4112, RAM 16GB, 2X HDD 1 TB, DVD +-RW, OME SERVER CONFGMGMT,WIN SVR 2016 IDRAC9 ENTERPRISE)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10
MANGUEIRA HID 4,5 MINI ESCAVADEIRA KUBOTA - U15 HB 16 - YANMAR SV08, PERFURATRIZ HIDRAULICA BRISTOL HB-16,BROCA HELICOIDAL 200X1000MM PARA HB-16,EXTENSAO SIMPLES 1.0 METRO HB-16	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	18
	VEICULO	7
Administração		
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480 (CORE I5-7300U, RAM 8GB,SSD 256 GB,DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH,DYSPLAY HD, BAT 4 CEL,OFFICE PRO 2016,WIN 10 PRO),KIT COMPOSTO POR TECLADO ALFANUMERICO E MOUSE (INDICADOR) WIRELESS DELL KM636 EAN CODE 539706	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	6
I/VW AMAROK CD 4X4 SE,PROTETOR DA CACAMBA,DISPOSITIVO DE REBOQUE COM ACOPLAMENTO	VEICULO	107

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2018

Não houve baixa de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2018.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	7.252	-	-	-	-	7.252	-	-	7.252	7.252
Servidões	7.252	-	-	-	-	7.252	-	-	7.252	7.252
Administração	175	-	-	-	-	175	-	(131)	44	71
Softwares	175	-	-	-	-	175	-	(131)	44	71
	7.427	-	-	-	-	7.427	-	(131)	7.296	7.323
Ativo intangível em curso										
Transmissão	135	75	-	-	-	209	75	-	-	-
Softwares	135	75	-	-	-	209	75	-	-	-
Administração	-	4	(4)	-	-	-	7	-	-	-
Softwares	-	4	(4)	-	-	-	7	-	-	-
	135	40	(4)	-	-	209	82	-	-	-
Ativo Intangível	7.562	40	(4)	-	-	7.636	82	-	-	-

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2018		2017
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	0,00%	7.252	-	7.252
Administração	20,00%	175	(131)	71
		7.427	(131)	7.296
				7.323

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2018

Não houve baixa de ativo intangível transmissão em serviço no exercício de 2018.

11. Empréstimos – Partes Relacionadas

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2018	2017
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2023	Semestral	20/06/2019	Semestral	SAC	n/a	Libor + 2,85% a.a.	306.399	316.488
									306.399	316.488
Circulante									64.703	55.457
Não circulante									241.697	261.031
									306.400	316.488

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. no montante de USD 153.637, correspondente a R\$399.840, com pagamentos de principal e juros em 19 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 05/09/2023.

No ano de 2017, a companhia pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros e nem ativos dados em garantia.

Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros)

	<u>Amortização</u>
2020	64.294
2021	64.294
2022	64.294
2023	48.815
	<u><u>241.697</u></u>

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	6.791	9.383
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	2.048	3.132
Programa de Integração Social (PIS)	236	204
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	993	960
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	1.140	1.041
	<u><u>11.208</u></u>	<u><u>14.720</u></u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Taxas regulamentares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	565	545
MME	112	116
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.662	1.659
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	6.932	6.249
	<u>9.158</u>	<u>8.569</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 381.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 43.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fiscal	-	10.712
Cível	2.500	2.500
Trabalhista	173	100
	<u>2.673</u>	<u>13.312</u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Administrativo	-	847
Fiscal	840	-
Trabalhista	31	17
Ambiental	4.367	-
Cível	3.470	3.819
	<u>8.707</u>	<u>4.683</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 274.500 dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 60.386. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	179.474	158.858
Receita quota CDE	20.011	7.727
Receita quota Proinfa	6.443	6.041
Receita rateio de antecipação	2.412	3.238
Receita de encargos de transmissão	125.155	121.333
Recuperação de PIS e Cofins	13.778	13.444
Receita rede de fronteira	9.576	11.624
Receita de CCT	4.831	4.048
Parcela ajuste do ciclo anterior	(6.054)	(8.045)
Indisponibilidade de equipamentos	131	(553)
Descontos incidentes na TUST	3.191	-
Deduções da receita operacional	(51.569)	(28.211)
PIS	(2.961)	(2.621)
COFINS	(13.640)	(12.073)
ISS	-	-
P&D	(1.339)	(1.815)
RGR	(4.456)	(3.971)
CDE	(22.691)	(817)
TFSEE	(502)	(495)
Quota Proinfa	(5.979)	(6.418)
	127.905	130.647

17. Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(6.459)	(6.176)
Material	(360)	(585)
Serviços de terceiros	(1.477)	(4.417)
Arrendamentos e aluguéis	-	(23)
Seguros	-	(183)
Tributos	-	(21)
Depreciação	(18.687)	(18.704)
Gastos Diversos	(1.733)	(2.270)
Outros	(298)	-
	(29.014)	(32.379)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(5.999)	(5.120)
Administradores	(1.237)	(1.579)
Material	(53)	(26)
Serviços de terceiros	(633)	(611)
Arrendamentos e aluguéis	(146)	(105)
Provisão/reversão (i)	61	149
Doações	(518)	(658)
Tributos	(1)	-
Depreciação e amortização	(118)	(127)
Outras	(498)	(488)
	(9.142)	(8.565)

(i) Saldo referente a reversão de provisão de PCLD

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Despesa de pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(3.920)	(3.840)
Encargos	(1.339)	(1.222)
Benefícios	(1.199)	(1.074)
Outros	(1)	(40)
	<u>(6.459)</u>	<u>(6.176)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(2.947)	(2.434)
Encargos	(1.442)	(1.226)
Benefícios	(501)	(636)
Administradores	-	(1.579)
Outros	(1.109)	(824)
	<u>(5.999)</u>	<u>(6.699)</u>
	<u>(12.458)</u>	<u>(12.875)</u>

20. Outras (despesas)/receitas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas da prestação de serviços	10.600	12.575
Outras receitas	(1)	9.800
Tributos sobre a receita	(2.950)	(1.606)
Pessoal	(416)	(2.718)
Arrendamentos e alugueis	(185)	(137)
Depreciação	(1.376)	(420)
Outras despesas	(1.104)	(832)
	<u>4.568</u>	<u>6.869</u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

21. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira	<u>64.071</u>	<u>48.269</u>
Receitas de aplicações financeiras	3.959	7.620
Variações cambiais ativas	59.814	38.639
Outras receitas financeiras	506	2.010
Tributos sobre receitas financeiras	(208)	-
Despesa financeira	<u>(133.107)</u>	<u>(60.990)</u>
Variações cambiais passivas	(114.518)	
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(16.894)	(44.510)
Juros e multas	(318)	
Outras despesas financeiras	(1.378)	(16.480)
	<u>(69.036)</u>	<u>(12.721)</u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.447	70.452
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber – partes relacionadas	23	1.259	1.518
Concessionárias e permissionárias	8	16.883	23.888
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos - partes relacionadas	11	306.399	316.488
Fornecedores – terceiros		820	775
Fornecedores - partes relacionadas	23	901	934

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2018</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	306.399	(15.023)	15.392

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Ativo

	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	<u>1.259</u>	<u>1.518</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.213	1.394
Outros	46	124

23.2. Passivo

	2018	2017
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	<u>307.360</u>	<u>317.422</u>
Aluguel (ii)	6	6
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	895	865
Outros	60	63
Empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 13)	306.399	316.488

23.3. Resultado

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	<u>(14.102)</u>	<u>(13.827)</u>
Despesa aluguel (ii)	(73)	(72)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(16.894)	1.113
Despesa de juros de empréstimo	2.864	(14.868)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

24. Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	1.117	1.185
Seguro patrimonial	Risco operacional	217.315	217.315
Veículos	Carros	1.361	131
		<u>219.793</u>	<u>218.631</u>